



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III - GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

LEONARDO DE SOUSA LUCIANO

A GUARDA NEGRA

**GUARABIRA-PB
2021**

LEONARDO DE SOUSA LUCIANO

A GUARDA NEGRA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**GUARABIRA-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L937g Luciano, Leonardo de Sousa.
A Guarda Negra [manuscrito] / Leonardo de Sousa Luciano. - 2021.
33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Departamento de História - CH."

1. Guarda Negra. 2. Libertos. 3. Monarquistas. 4.
Republicanos. I. Título

21. ed. CDD 981.03

LEONARDO DE SOUSA LUCIANO

A GUARDA NEGRA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Linha de Pesquisa: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sensibilidade.

Aprovado em: 23/09/2021.

BANCA EXAMINADORA

Waldecir Ferreira Chagas

Prof. Dr. Waldecir Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)

Cristiano Luís Christilino

Prof. Dr. Cristiano Luís Christilino (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)

Ivonildes da Silva Fonseca

Prof.ª Dr.ª Ivonildes da Silva Fonseca (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE)

Ao meu pet Scoob (in memoriam),
companheiro em momentos de reflexão e
presente em maior parte do tempo de
execução deste trabalho, mas que partiu
precocemente, DEDICO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Princesa Isabel.....	10
Figura 2: José do Patrocínio.....	11
Figura 3: Ruy Barbosa	14
Figura 4: Antônio de Silva Jardim.....	15
Figura 5: Capa do Jornal Cidade do Rio, dia 13 de maio de 1889	19
Figura 6: Pagina 1 do Jornal Cidade do Rio, dia 18 de maio de 1888	20
Figura 7: Pagina 1 do Jornal Cidade do Rio, dia 19 de junho de 1888.....	21
Figura 8: Pagina 1 do Jornal Diário de Notícias, dia 31 de dezembro de 1888.....	22
Figura 9: Pagina 1 do Jornal Diário de Notícias, dia 09 de maio de 1889.....	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	O PROCESSO POLÍTICO NO FINAL DO SÉCULO XIX: A DISPUTA ENTRE MONARQUISTAS E REPUBLICANOS	8
3	A GUARDA NEGRA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX	16
4	FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NO CORPO DA GUARDA NEGRA.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31

A GUARDA NEGRA

THE BLACK GUARD

Leonardo de Sousa Luciano

RESUMO

O presente estudo centrou-se na análise do contexto político, econômico e social durante o processo de formação e duração da Guarda negra, que ocorreu no final do século XIX, marcado pelas disputas políticas entre monarquistas e republicanos e as péssimas condições de vida dos libertos. Foram observadas as principais causas que levaram a formação do movimento e sua atuação. Para tanto, utilizamos a pesquisa em obras de diversos historiadores/as, utilizamos também a pesquisa em jornais desse período, através dos arquivos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca nacional. Mediante os resultados, constatou-se que a Guarda Negra foi um movimento formado por negros e que teve como principal líder José do Patrocínio, homem negro e abolicionista que usou seu jornal em favor da Guarda Negra, o movimento surgiu após a assinatura da Lei Áurea, responsável pela abolição da escravização no Brasil, e em meio ao declínio da Monarquia e instauração da República. Tinha como principais objetivos a defesa da Princesa Isabel, a continuidade do Império e a busca pela cidadania dos libertos. Destacamos ainda a importância dos jornais Cidade do Rio e Diário de Notícias, um por defender e outro por atacar, nesta sequência, a Guarda Negra e o governo imperial, eles também são fundamentais para a pesquisa sobre a Guarda Negra.

Palavras-chave: Guarda Negra. Libertos. Monarquistas. Republicanos.

ABSTRACT

This study focused on the analysis of the political, economic and social context during the formation process and duration of the Black Guard, which took place at the end of the 19th century, marked by political disputes between monarchists and republicans and the terrible living conditions of freed slaves. The main causes that led to the formation of the movement and its performance were observed. For that, we use research in works of several historians, we also use research in newspapers from that period, through the files available in the Hemeroteca Digital of the National Library. Through the results, it was found that the Black Guard was a movement formed by blacks and that its main leader was José do Patrocínio, a black man and abolitionist who used his newspaper in favor of the Black Guard, the movement emerged after the signing of the Lei Áurea, responsible for the abolition of slavery in Brazil, and in the midst of the decline of the Monarchy and establishment of the Republic. Its main objectives were the defense of Princess Isabel, the continuity of the Empire and the search for the freed citizens' citizenship. We also highlight the importance of the newspapers Cidade do Rio and Diário de Notícias, one for defending and the other for attacking, in this sequence, the Black Guard and the imperial government, they are also fundamental for research on the Black Guard.

Keywords: The Black Guard. Freed. Royalists. Republicans.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo procura analisar o movimento que aconteceu no Rio de Janeiro no final do século XIX, denominado por Guarda Negra. Temos como objetivo analisar o período após a abolição da escravidão no Brasil, para entender o processo de formação e organização desse movimento formado por libertos através da Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel.

As motivações e o interesse para a escolha do tema, surgiram durante uma pesquisa sobre a Guarda Negra, que provocaram inquietações devido a quantidade de visões distorcidas e preconceituosas sobre o movimento. Sentimos instigados a analisar as principais motivações que levaram a formação do movimento, a análise sobre a atuação e entender suas principais motivações.

A pesquisa sobre a Guarda Negra é muito importante para entendermos a formação de um movimento formado por negros, que surgiu logo após a assinatura da lei que estabeleceu o fim do período de escravização, em meio a um contexto de disputas políticas, muito preconceito da sociedade com os libertos e um cenário de muita desigualdade social, principalmente para os negros.

Durante muito tempo, os negros estiveram submetidos ao regime do cativo, com isso, não existia possibilidade para que os escravizados se expressassem ou reivindicassem por melhores condições de vida. A violência, fome e exploração da mão de obra escravizada, sempre estiveram presentes na vida dos negros.

Com a assinatura da Lei Áurea, os libertos buscaram a sua efetiva participação na sociedade, embora libertos, eles não tinham acesso a postos de trabalho, nem acesso a saúde igualitária, muitos deles não tinham fonte de renda nenhuma, muitos ainda continuavam a se submeter aos mesmos senhores que lhes escravizaram, em troca de comida e moradia para si e para sua família. A abolição garantiu a liberdade dos negros, mas não garantiu oportunidade como cidadão aos libertos.

Além disso, após a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, aconteceu uma adesão em massa dos senhores escravocratas ao partido republicano, que buscavam reparações nas suas grandes perdas diante da abolição. Essa adesão não foi bem aceita pelos integrantes da Guarda Negra, que viram esse ato como uma tentativa de retorno a escravização, e que diante dessa adesão passaram a defender a continuidade do governo imperial.

A Guarda Negra foi um movimento formado por libertos nos meses seguintes à abolição, que surgiu em meio as disputas pelo poder entre o governo monarquista e o partido republicano, teve como principais objetivos a defesa da princesa Isabel, a resistência ao partido republicano e a busca pela cidadania dos libertos. Seu principal líder foi José do Patrocínio, homem negro que usou seu jornal Cidade do Rio a favor do movimento e foi responsável por organizar sua atuação.

Utilizamos para a pesquisa, documentos já produzidos por historiadores/as, a exemplo as obras de José Murilo de Carvalho, Clícea Miranda e Sidney Chalhoub, obras muito importantes sobre a temática, essas obras nos guiaram e embasaram a pesquisa.

Também foi utilizado a pesquisa em jornais da época, através da biblioteca nacional e de sua Hemeroteca Digital, que possui um grande acervo. Esses documentos tem grande importância pois retrata o contexto desse período, através dos jornais é possível analisar os principais posicionamentos dos líderes a favor e

contra a Guarda Negra, também podemos observar nos jornais como foi a atuação do movimento. Os jornais dessa época são muito utilizados na pesquisa sobre a Guarda Negra, sendo uma das poucas fontes de estudo do movimento.

No primeiro capítulo, faremos a análise sobre o contexto político durante a duração da Guarda Negra, que estão voltadas nas disputas pelo poder entre monarquistas e republicanos. Buscando apontar os principais posicionamentos dos principais líderes desse período, como a Princesa Isabel, regente do trono após viagem de D. Pedro II a Europa, responsável pela assinatura da lei que garantiu a abolição dos escravizados. José do Patrocínio, homem negro que viveu como liberto e foi o principal líder da Guarda Negra. Rui Barbosa, republicano e um dos principais opositores da Guarda Negra e da monarquia.

Na segunda parte, utilizamos alguns exemplares dos jornais para entender a importância desse veículo de comunicação na difusão e propagação de ideias na sociedade. Os jornais em sua maioria possuíam redatores e proprietários membros dos partidos republicanos e monarquistas.

Destacamos a atuação do Jornal Cidade do Rio de propriedade de José do Patrocínio e o Jornal Diário de Notícias dirigido por Rui Barbosa, ambos os jornais estão diretamente ligados a Guarda Negra, na defesa e propagação de ideias no caso do Cidade do Rio ou nas críticas ao movimento no caso do Diário de Notícias.

Por último, buscamos entender a atuação do movimento no seu pouco tempo de duração que foi entre os anos de 1888 e 1889, também elencar as principais motivações sobre a atuação e a condição social dos libertos após a abolição, a natureza da Guarda Negra enquanto um movimento formado majoritariamente por negros e que teve seu fim com a instauração da república.

2 O PROCESSO POLÍTICO NO FINAL DO SÉCULO XIX: A DISPUTA ENTRE MONARQUISTAS E REPUBLICANOS

O intuito deste capítulo é abordar os principais posicionamentos dos movimentos políticos e principais lideranças, observamos que o governo imperial no enfraquecimento do regime escravocrata passa a apoiar a causa abolicionista, após anos sendo responsável pela manutenção desse regime, o partido republicano busca qualquer forma de apoio para chegar ao poder, deixando de lado o discurso de apoio aos negros após o apoio dos fazendeiros escravocratas. Após a abolição nenhum dos partidos estavam preocupados com a situação dos libertos, que estavam à mercê, sem emprego sem remuneração, com fome e doente, conforme relata o professor Humberto Fernandes Machado sobre a situação miserável dos libertos:

A inserção dos libertos nessa sociedade, pautada por valores europeus, foi realizada sem uma proposta concreta de alterar as relações excludentes e hierarquizadas existentes. Ora, até porque as elites intelectuais que participaram da campanha abolicionista estavam imbuídas do espírito de “missão” em relação ao término da escravidão. A postura paternalista caracterizou sua atuação, pois entendiam a abolição como uma concessão, uma dádiva dos abolicionistas, aos escravos. Acabou-se legalmente com a escravidão, entretanto não se destruiu a obra da escravidão. (MACHADO, 2007, p.8)

Outro ponto importante de se destacar é que apesar do movimento ostentar o título de Guarda Negra, podemos observar ao longo de toda a sua existência a tentativa de interferência política, seja por parte dos monarquistas que buscavam

usar sua força e popularidade para garantir a continuidade do Terceiro RReinado, tanto para os republicanos que tentavam o apoio dos libertos para pôr fim ao governo imperial. Em ambas as partes a busca por popularidade e poder é maior que a preocupação em garantir condições de vida digna aos recém-libertos.

Para entender de fato a criação da Guarda Negra é preciso antes de tudo analisar o contexto político de final do século XIX, ou seja, o antes, durante e após a abolição. Tanto na perspectiva dos representantes monarquistas tendo à frente o poder Imperial, quanto dos republicanos que buscavam depreciar a popularidade da Corte Imperial, haja vista estava em alta, principalmente entre os segmentos das camadas populares em virtude do posicionamento da Corte frente à abolição da escravidão, que conforme abordaremos a frente, vinha adotando medidas que garantiam a liberdade parcial aos escravizados.

Mas o artigo de Rui não é simplesmente um eco dos projetos e dos preconceitos sobre o liberto que reinavam na elite política da época. Há também uma certa frustração em admitir que, pelo menos em relação à população negra da Corte, a Coroa parecia bem-sucedida em canalizar para si os dividendos políticos do 13 de maio de 1888. Há indícios sugestivos, como já mostrou José Murilo de Carvalho, de que a monarquia gozava de popularidade junto aos negros da cidade[...]. (CHALHOUD, 1988, p.85)

O estudo sobre o contexto político no final da década de oitenta do século XIX nos leva até a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil e sede da Corte Imperial, cidade onde ocorreram as ações da Guarda Negra nos anos de 1888-1889, após a abolição. A capital da corte sediou os principais embates políticos entre monarquistas que buscavam manter-se no poder e ainda instaurar um Terceiro Reinado e os republicanos que disputavam o poder político do Brasil.

Partimos do ano de 1887, com a viagem do Imperador D. Pedro II a Europa por motivos de saúde, assumiu o comando administrativo da corte sua filha a princesa Isabel que se tornou a regente do trono. A Princesa Isabel foi responsável pela assinatura da lei Nº 3.353 de 13/05/1888, conhecida como Lei Áurea, esta lei pôs fim ao trabalho escravizado no Brasil. Este não foi um ato isolado decorrente da presença da Princesa no comando da corte, pois ela já participava de atos em prol da abolição, conforme afirma Gomide (2016):

A Regente do trono, que vinha há bastante tempo tomando iniciativas a favor da libertação dos escravos, embora nada de caráter público, passou a agir quase como se em campanha estivesse, chegando mesmo a organizar uma “batalha de flores” em fevereiro de 1888 no município de Petrópolis, onde a família imperial passava os verões, fugindo do calor da capital. O objetivo da batalha era arrecadar dinheiro para ajudar na campanha abolicionista. Assim a Casa Imperial ia capitalizando simpatias, especial e paradoxalmente entre aqueles que viveram ou ainda viviam sob o jugo do cativo mantido pela Monarquia, naquele momento sob a regência da “bondosa princesa” (GOMIDE, 2016, p. 281-282).

A atuação da Regente em defesa dos escravizados se iniciou anterior à abolição, desde a assinatura da lei Nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, que considerava livre os filhos de mulheres escravizadas nascidos desde então, no entanto, a Lei do Ventre Livre não funcionou na prática, pois os senhores de certa forma ainda eram responsáveis pelos negros, fazendo com que fosse uma lei voltada a criar uma visão positiva do Brasil no exterior, já que o país vinha

enfrentando uma pressão para pôr fim ao regime do cativo, mas que se tornou ineficaz, pois não garantia a independência dessas crianças.

Sua contribuição e participação em quermesses, proteção aos escravizados fugitivos, caminhadas e organização de outros eventos em prol da campanha abolicionista não passaram despercebidos aos olhos dos que futuramente passaram a compor o corpo da Guarda Negra, que dentre outras atribuições, ao qual iremos discutir posteriormente, estavam para defender a regente; considerada por eles como a “Redentora”. Apesar do governo imperial ter fechado os olhos para a causa abolicionista durante anos, o posicionamento da princesa Isabel nesse momento teve papel importante em defesa dos que viveram sob o regime do cativo.

A herdeira do trono não era uma mulher só de palavras. Organizava festividades com o intuito de angariar fundos para diversos grupos abolicionistas – ela mesma contribuía financeiramente – possuía papel de destaque na Comissão Libertadora, protegia escravos fugitivos e apoiava quilombos abolicionistas, no que era apoiada por seu marido o Conde d’Eu (MATTOS, 2006, p.36).

Figura 1: Princesa Isabel



Fonte: (ISTOÉ, 2021) disponível em: https://istoe.com.br/267071_SANTA+PRINCESA+ISABEL+/.

Após a assinatura da Lei Áurea, com a liberdade adquirida, as classes populares representadas por libertos e pobres passam a considerar a Princesa Isabel uma heroína, aumentando a popularidade da Corte. De acordo com Carvalho (1987, p. 29 a 31) o fato de os Republicanos perseguirem capoeiras e bicheiros, ao

mesmo tempo em que favorecia grandes escravocratas, faz com que a Corte conquistasse a simpatia popular que a mantinha até mesmo após a instauração da República.

Por outro lado, os republicanos que não conseguiram nenhum prestígio político e social diante das classes pobres, alegavam que o mérito pelo fim da escravidão não fora da princesa, pois a abolição fora fruto da luta do movimento abolicionista e da resistência dos negros, logo, seu apoio a causa se daria apenas por motivos políticos em busca da continuidade do reinado no Brasil.

No entanto, monarquistas e libertos não foram os únicos a glorificarem a Regente, após a batalha das Flores em 12 de fevereiro de 1888, José do Patrocínio, figura emblemática da Guarda Negra, até então defensor das ideias republicanas, não só atribuiu a regente os méritos da abolição como também aderiu ao monarquismo e passou a defender arduamente a Regente. Conforme podemos observar a seguir em sua fala, ele não poupou elogios a Princesa:

O que fez a princesa regente? Ainda, sob o Ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga Mãe dos Cativos, dava à propaganda abolicionista tudo quanto podia: as abundâncias de piedade do seu coração. Seus filhos, os pequenos príncipes, nos seus jornaizinhos glorificavam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a princesa, debaixo de chuva e aos estampidos do trovão esmolava pelos cativos, e quando voltava a palácio repartia um pedaço do seu manto de rainha com os escravos foragidos, que iam implorar-lhe proteção (PATROCÍNIO, 1996, p.246).

Figura 2: José do Patrocínio



Fonte: (LITERAFRO,2021) disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/604-jose-do-patrocinio>.

José do Patrocínio até então defensor das causas republicanas passou a defender severamente a figura da Princesa, sendo considerado idealizador da Guarda Negra e incentivador da defesa da manutenção do poder Imperial. José do Patrocínio já era muito conhecido por sua atuação nos jornais Gazeta da Tarde e Cidade do Rio. A partir de então ele se destacou por seus posicionamentos em defesa da Regente e incentivou a criação da Guarda Negra.

Logo após a abolição e sua adesão a monarquia, ele ganhou a confiança dos libertos que atenderam seu convite para participarem da formação da Guarda Negra. José do Patrocínio foi considerado por muitos um herói, em virtude de seus posicionamentos em defesa dos libertos, vejamos o que nos fala Osvaldo Orico em sua obra sobre esse pensador negro:

Tigre. Na adaptação social, que transfigura e ilumina as imagens, Patrocínio representa bem a espécie felina em sua destinação de força e tirania: força para querer e tirania para dominar. Extraordinário destino o desse agitador crioulo, que afrontou num salto difícil a hostilidade da fortuna e desabrochou como a flor vingadora de sua raça, fazendo-se o ídolo da multidão que venceu o cativo (ORICO, 1977, p.9).

Para se referir a Guarda Negra é indispensável mencionar José do Patrocínio, inspirador e dirigente da guarda, suas atuações nos jornais e organização do movimento abolicionista fizeram com que ele fosse considerado principal idealizador e fundador da guarda. Sua aliança com a Princesa Isabel foi constantemente criticada pelos membros do partido republicano, que o acusaram de traidor e oportunista. A frente da Guarda Negra, José do Patrocínio incentivou protestos e ataques a comícios republicanos no intuito de defender a continuidade do poder Imperial.

Como principal líder do movimento, José do Patrocínio provocou protestos, sendo-lhe condenado, principalmente, o radicalismo pela "aliança" feita com a herdeira do trono, bem assim, pelo fato de, num momento para outro, haver deixado de defender os ideais republicanos e tornar-se ardente defensor do 3º Reinado (RICCI, 1990, p.278).

Além de José do Patrocínio, nesse contexto de monarquistas em defesa da abolição se destacou o político João Alfredo; deputado provincial, deputado geral, ministro de negócios do Império e presidente do conselho de ministros onde substituiu o então presidente o Barão de Cotegipe, figura marcada por ser contrária a abolição e que entrou em conflito com a Princesa Isabel, pois era contrário ao movimento abolicionista. O barão de Cotegipe acabou renunciando em março de 1888. Enquanto João Alfredo esteve ligado a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, e enquanto ministro assegurou na assembleia deputados que davam sustentação ao governo imperial e buscava uma articulação para o Terceiro Reinado.

Grande aliado de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco foi mais um no rol dos abolicionistas, por isso, não podemos deixar de nos reportarmos a ele, sobretudo, a sua atuação enquanto político e escritor em defesa da causa abolicionista. Esse político merece destaque, pois ao lado de José do Patrocínio em 7 de setembro de 1880 fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que tinha o propósito de lutar contra a escravidão no Brasil.

Com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que concedeu a liberdade a todos os negros ainda em regime de cativo, a cidade do Rio de Janeiro entrou em festa. “A abolição deu ensejo a imensos festejos populares que duraram uma semana e se repetiram no ano seguinte cinco meses antes da proclamação da República” (CARVALHO, 1987, p.29). A popularidade do Império aumentou e os jornais da cidade não poupavam elogios:

No Rio de Janeiro, uma multidão aglomerou-se no Paço Imperial e arredores comemorando a assinatura da Lei de 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel. Os jornais da cidade patrocinaram festividades, como missas que reuniram, além da família imperial e do gabinete, uma verdadeira multidão. (MACHADO, 2013, p. 511).

Diante da tentativa de continuidade do Império e de manter o apoio da elite, a Regente buscou usar políticos de sua confiança para que articulassem as tomadas de decisões, como foi o caso da assinatura da Lei do Ventre Livre, onde a Princesa usou a articulação do então presidente do conselho de ministro, o ministro Rui Branco, conforme vemos a seguir:

Contudo, o grande embate a que se dispôs a Regente foi o de cumprir com as orientações de seu pai, no tocante a extinção gradual da escravidão. Apesar do posicionamento abertamente favorável ao fim da escravidão, a jovem Regente não queria arcar com o peso de uma provável crise política, adotando medidas mais radicais. Para isso, confiava plenamente na astúcia do ministro Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros. A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, foi possibilitada, entre outras coisas, pela capacidade política de Rio Branco, e materializada no meio parlamentar. Não pode ser considerada fruto do trabalho da Regente. Todavia, não se pode negar que sua posição favorável ao projeto tenha facilitado sua aprovação. [...] (MATTOS, 2006, p. 28)

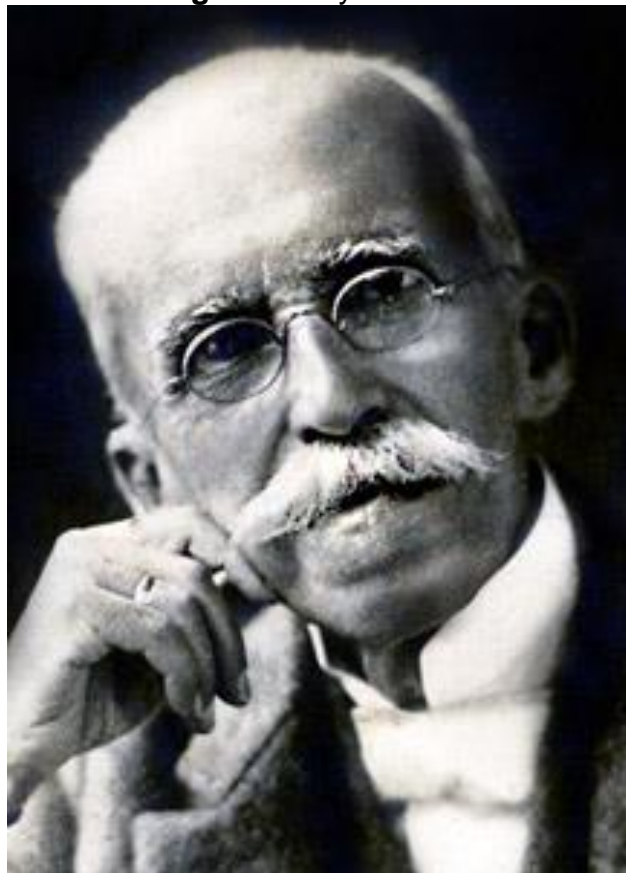
Porém a partir da Lei do Ventre Livre, o descontentamento dos cafeicultores foi visível, eles questionavam a regente alegando grandes perdas em suas propriedades. O descontentamento se intensificou após a abolição quando eles aderiram a causa republicana como última tentativa de conseguirem suas reivindicações, como a indenização pelas perdas financeiras em suas propriedades.

Não perdendo de vista o caráter paliativo da lei de 28 de setembro, que naquele momento estava dentro das possibilidades de Isabel, o impacto causado pela mesma foi inquestionável. A partir daí, aumentaram os descontentamentos em grande parte dos cafeicultores – em especial os do norte fluminense e Vale do Paraíba – que acirravam sua desconfiança em torno da líder maior do império. De forma errônea, atribuíram à princesa toda a responsabilidade pela, segundo eles, inoportuna lei que aniquilava com a economia agrícola, levando-os à miséria. [...] (MATTOS, 2006, p.29)

O rompimento do apoio das elites do café a monarquia esquentou os ânimos da política, os republicanos por sua vez, buscavam não se posicionar diante da abolição, a intenção era atrair o apoio dos cafeicultores insatisfeitos, criar forças para a causa republicana. Dois republicanos foram importantes, Rui Barbosa e Silva Jardim, ambos abolicionistas, mas diante da busca por popularidade e apoio dos insatisfeitos com a abolição, se ausentaram da defesa dos libertos, o que fez com que estes temessem a volta do regime de cativo junto a república.

Vale a pena notar que os republicanos nada disseram a respeito da escravatura no seu manifesto de fundação em 1870. Ao contrário dos reformadores liberais, cujas declarações invariavelmente incluíam apelos em favor da abolição (de regra, gradual), os republicanos preferiam desconversar em matéria de escravatura. Faziam política com a abolição a fim de atrair os fazendeiros escravocratas, especialmente na província cafeeira de São Paulo, em rápida expansão. Semelhante tática continuou como política oficial do partido até 1888, embora provocasse amargas discussões em nível municipal e conduziu à adesão local e unilateral de alguns clubes republicanos ao movimento abolicionista. (SKIDMORE, 1976, p.31)

Figura 3: Ruy Barbosa



Fonte: (, 2021) <https://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>

Ruy Barbosa de Oliveira, foi um dos principais defensores do movimento republicano, era abolicionista, apesar de se contradizer em suas próprias palavras, chegou a defender a punição dos escravizados. Com atuações em jornais, tornou-se redator chefe do Diário de Notícias, foi um forte opositor de Patrocínio, com quem criou desafetos por seu apoio ao governo imperial e a Guarda Negra. Enquanto defensor do partido republicano, participou de comícios em teatros e praças, é considerado um dos grandes nomes do partido republicano.

Antônio da Silva Jardim, republicano e abolicionista, é mais um dos que, enquanto representantes do movimento republicano procurou não se posicionar em defesa dos libertos. Silva Jardim se destacou por seus discursos em comícios a favor dos republicanos.

Explorando a má vontade dos ex-senhores contra os libertos. abusando da ignorância de uns e da ingenuidade de outros. o Sr. Silva Jardim açula o

ódio contra a raça negra, insinuando, para ser agradável aos fazendeiros, que a República não tarda e que com ela virá imediatamente a indenização e a lei de opressão para o liberto. (Cidade do Rio, 22 de março de 1889)

Figura 4: Antônio de Silva Jardim



Fonte: (EBIOGRAFIA,2021) disponível em: https://www.ebiografia.com/silva_jardim/

A abolição trouxe grandes impactos políticos, desde a adesão de republicanos ao monarquismo diante da satisfação com o fim da escravidão, como também com o partido republicano, que ganhou forças diante da insatisfação dos senhores escravocratas que estavam insatisfeitos com as grandes perdas diante da abolição. Isso fez com que os libertos temessem a república diante das adesões ao partido republicano.

O fato de a monarquia ter sido responsável pela manutenção da escravidão durante quase todo o regime do cativo não é levado em conta pelos libertos, já que teria sido a Regente enquanto representante maior do Império, a responsável pela concretização da abolição.

Muitos ex-escravos perceberam rapidamente que seus ex-senhores trocaram suas roupas de fazendeiros por fardas republicanas. O discurso da indenização muitas vezes cheirava a reescravização. Mais do que nunca era chegada a hora de os libertos gritarem ainda mais alto o seu "não quero". (GOMES, 1991, p.78)

As disputas pelo poder entre republicanos e monarquistas também foram marcadas pelas divergências de ideologias sociais, enquanto os monarquistas defendiam uma posição conservadora e a defesa da manutenção do regime monárquico, os republicanos construíram o discurso de progresso em que se fazia necessário a instauração de um novo sistema de governo voltado para todos e da

necessidade uma nova civilização com cidades modernas. Esse discurso não foi posto em prática após a instauração da república, que teve seus primeiros governos marcados por muita violência e divisão de classes.

O fato é que os primeiros governos republicanos só souberam exibir truculência e intolerância em relação à cidade negra, deixando entre muitos populares aquela convicção profunda – captada por João do Rio – de que os “novos” tempos não era necessariamente tempos melhores. Os republicanos construíram todo um belo discurso como justificção de suas ações contra a cidade negra. Agiram em nome da higiene, da moral e dos bons costumes, do progresso e da civilização. (CHALHOUB, 1988, p.104)

3 A GUARDA NEGRA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX

Conforme observamos no capítulo anterior, os anos finais do século XIX foram marcados por disputas pelo poder político e administrativo do Brasil. Após a assinatura da Lei Áurea, as disputas se intensificaram, o que possibilitou um clima de incertezas diante dos rompimentos e acordos estabelecidos, principalmente pelo partido republicano. O destaque foi a insatisfação dos senhores escravocrata com a Coroa Portuguesa e a adesão destes a aquele partido com o intuito de serem indenizados, haja vista se considerarem prejudicados com a abolição da escravidão.

Em meio a esse cenário, nos meses seguintes a abolição, surgiu um movimento formado por negros libertos denominado de Guarda Negra, tinha como um dos principais objetivos garantir a manutenção da liberdade recém-adquirida, tendo em vista a aliança dos antigos senhores escravocratas e os republicanos gerar entre os negros livres, o medo da possível volta do regime escravocrata. Outro objetivo da Guarda Negra era a defesa da Princesa Isabel, considerada pelos libertos como a Redentora, considerada a responsável pela assinatura da Lei Áurea.

A Guarda Negra foi um movimento que por muito tempo ficou esquecido pela historiografia, até os dias atuais, ainda se faz necessário estudos sobre esse movimento que teve grande importância no final do século XIX, sua presença e atuação aconteceu em meio a uma sociedade dividida em dois grupos políticos.

Os estudos produzidos sobre a Guarda Negra ainda carecem de maior aprofundamento conforme bem avaliou o historiador Humberto Machado.¹ De um modo geral, são análises superficiais e esparsas. Há quem afirme até que a Guarda não passava de um bando de capoeiras, a serviço do governo imperial.² Porém, sua presença polêmica nas páginas dos jornais, nos meses seguintes após a abolição, e durante o ano de 1889, não deixa dúvidas sobre o seu caráter institucional. De fato, sua visibilidade, deu-se em meio à desestabilização do regime e à aceleração da campanha republicana, que culminou com a queda da monarquia em 15 de novembro. Já o seu desmantelamento, a priori, estaria relacionado com o fim do Império (MIRANDA, 2011, p. 1 apud MACHADO, 1992, p171).

Durante muito tempo, a Guarda Negra não teve importância para a historiografia, ou quando abordada foi de forma preconceituosa, tratando-a como um bando de capoeiras ou desordeiros que tinha como objetivo provocar arruaças.

O fato de os jornais da época ter como proprietários representantes de partidos políticos contribuíram para que muitas das visões sobre a Guarda Negra tenha sido feita de forma parcial, enquanto os jornais monarquistas buscavam incentivar a formação do movimento e dar-lhe credibilidade a Princesa regente, os

jornais republicanos buscavam desqualificar a imagem do movimento, para que ele não fosse aceito como um movimento legítimo, principalmente pelo fato da Guarda Negra defender a manutenção do regime monarquista, para os integrantes da Guarda Negra, a continuidade da monarquia era a garantia da manutenção da liberdade dos negros.

A Guarda Negra não recebeu a atenção devida pela historiografia. Quando abordada, foi de uma maneira preconceituosa, endossando simplesmente a visão das elites dirigentes contemporâneas, as quais a consideravam como produto das manifestações de desordeiros e desocupados. (MACHADO, 2013, p.514).

O movimento surgiu nos meses após a abolição da escravidão no Brasil, e os estudos sobre ele ainda carecem de muita pesquisa, mas, o que não se pode negar é a dedicação da Guarda Negra para com a Princesa Regente, a quem estariam dispostos a qualquer ato em sua defesa, os libertos eram gratos a Regente por sua atuação em defesa de suas causas abolicionistas.

As reuniões da Guarda Negra eram secretas e a adesão dos libertos se fazia mediante realizações de rituais onde se jurava exclusiva dedicação ao movimento e a defesa de suas causas. Como observamos a seguir, o surgimento dessa guarda partiu de um encontro de representantes de algumas associações negras ocorrido na sede do Jornal Cidade do Rio, periódico diretamente ligado com o movimento.

Entre comemorações e homenagens, o certo é que pouco se sabe, de fato, sobre como se deu a organização da Guarda Negra ou a que grupo estava ligada. No final de setembro do mesmo ano, ocorre um encontro na redação do jornal *Cidade do Rio* do qual, entre outros, participam João Clapp, José do Patrocínio e representantes da Liga dos Homens de Cor e da recém-criada Guarda Negra. Esse encontro assinala a oficialização da Guarda Negra enquanto um grupo organizado por libertos que, demonstrando gratidão à princesa Isabel, tinham como objetivo espalhar-se pelo Brasil [...]. (GOMES, 1991, p. 77)

Seu principal idealizador e líder foi José do Patrocínio, homem negro que em uma sociedade escravista foi agraciado em não ser escravizado. Filho de uma jovem escravizada chamada Justina do Espírito Santo, e João Carlos Monteiro vigário da paróquia de Campos dos Goytacazes, apesar de não o ter reconhecido como filho, o encaminhou para sua fazenda, onde Patrocínio viveu como liberto. Desde cedo teve acesso aos estudos e chegou a concluir o curso de farmácia. Em 1875 começou sua trajetória no jornalismo, onde dedicou grande parte de sua vida, usando esse espaço para defender seus ideais, dentre eles a libertação dos escravizados.

José do Patrocínio foi um dos principais defensores do movimento abolicionista, não foi à toa que os libertos após a abolição os consideravam como um dos principais responsáveis pela abolição, junto com a Princesa Regente. Ele era membro do Partido Republicano, porém após a abolição, rompeu com o partido e aderiu ao monarquismo onde passou a defender arduamente a Princesa Isabel como redentora dos libertos.

Insatisfeito com a adesão dos senhores escravocratas ao movimento republicano, José do Patrocínio foi o principal responsável pela formação da Guarda Negra. Sua atuação à frente desse movimento foi de fundamental importância, pois

enquanto proprietário e diretor do Jornal Cidade do Rio ele não só defendeu a Regente, como também usou o Jornal para organizar e convocar os libertos a participarem do movimento.

A abolição foi uma revolta humana com raízes no sentimento popular. Patrocínio fez soar a nota revolucionária, deslocando para a multidão a propaganda emancipadora reprimida no parlamento. Sua veemência o separa dos outros defensores da causa e lhe empresta um manto vermelho de comando. Enquanto Nabuco e Rebouças tendiam para a conquista serena e filosófica da idéia, fundando sua eloquência e dialética nos efeitos psicológicos que criariam o remorso e a penitência entre os algozes e os levariam a quebrar espontaneamente as grilhetas, Patrocínio, sacudido pela violência dos contrastes, afiava as garras de seu engenho para a crueza dos encontros. Era o *Tigre*, na emoção de contemplar a vitória tingida na púrpura de Sardes e arrancada ao fanatismo das redenções. (ORICO, 1977, p.10)

Os periódicos dos anos finais do século XIX é um dos principais recursos para a pesquisa sobre o movimento, eles tiveram importância na difusão das ideias contra ou a favor do Império. As páginas dos jornais eram responsáveis por espalhar as ideias a população, o costume de ler jornal nas praças e em voz alta fez com os jornais tivesse grande popularidade na época, “A melhoria do sistema de comunicações e a circulação mais rápida das notícias através dos jornais facilitaram a mobilização, além do que a imprensa adquiriu um papel relevante na difusão das ideias abolicionistas e republicanas” (MACHADO, 2013, p. 509).

Percebe-se, então, que a imprensa, dentre outros artifícios, era um dos principais instrumentos utilizados para defesa ou ataque às ações da Regente. Na base de tudo, estava a construção das representações de Isabel aos olhos do povo. Representações que poderiam significar a garantia do Terceiro Reinado. [...] Sendo assim, as representações construídas pelos defensores e detratores do regime monárquico poderiam ter um peso fundamental na sobrevivência ou não do regime, já que influenciariam decisivamente os rumos tomados pela elite dirigente, bem como o próprio imaginário popular, no que se referia à capacidade da princesa regente em tocar os assuntos do Estado. (Mattos, 2006, p.20-21)

O Jornal Cidade do Rio foi lançado por José do Patrocínio em 28 de setembro de 1887, ele usou esse periódico para divulgar o ideal de sua luta, como a defesa do movimento abolicionista, a formação da Guarda Negra e a defesa do governo imperial. A data de fundação dessa organização negra é em homenagem a data da assinatura da Lei do Ventre Livre, José do patrocínio usou o jornal em defesa dos negros, não só relacionado a Guarda Negra, como também a defesa da liberdade dos negros e melhores condições de vida após a abolição.

Ao longo de toda a duração da Guarda Negra a presença de José do Patrocínio e de seus periódicos no Jornal Cidade do Rio foram importantes, pois ele não deixava de nos jornais citar esse movimento, seja para elogiar, defender ou até mesmo para conclamar a gente negra para sua organização, a exemplo da matéria aonde fez um convite aos libertos para a formação de um movimento voltado a defesa de suas causas.

A primeira matéria a respeito da Guarda Negra apareceu no Cidade do Rio, em 6 de junho de 1888, através de um convite da “*Liga dos Homens de Cor*”, para que os homens negros fizessem sua inscrição. Ela se apresentava de uma maneira vaga como defensora dos interesses dos libertos. Evidentemente, essa convocação adquiria uma abrangência maior na medida em que há, por um lado, uma campanha pela indenização e, por outro, os pleitos dos abolicionistas em relação à distribuição de terras e educação básica para os ex-escravos. Posteriormente, o jornal publicou que na casa de Émile Rouéde (1848-1908), com a participação de libertos, foi criada a “[...] *associação que, com o título de Guarda Negra da Redentora, se dedicasse em corpo e alma e em todos os terrenos à defesa do reinado da excelsa senhora que os fez cidadãos.*” (MACHADO, 2013, p.515 apud Cidade do Rio (1888). 10 de julho)

Figura 5: Capa do Jornal Cidade do Rio, dia 13 de maio de 1889



Fonte: (Biblioteca Nacional, 2021) disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cidade-rio/085669>

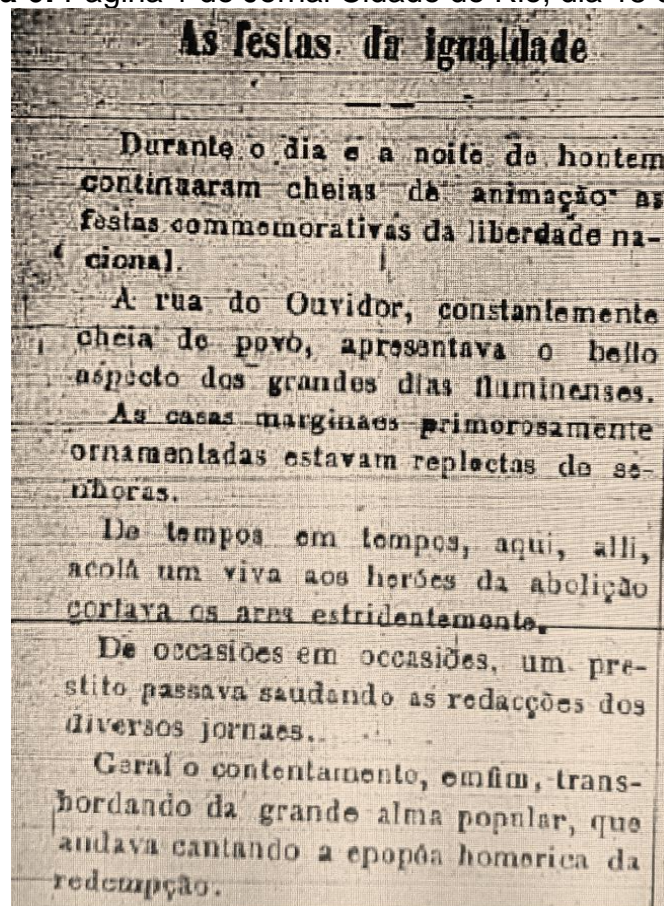
Como já foi abordado, após a assinatura da Lei Áurea, José do Patrocínio se tornou monarquista, os seus jornais, nunca pouparam elogios ao governo imperial e principalmente a Princesa Regente. Na imagem acima, observamos na capa da edição do dia 13 de maio de 1889, a forma com que José do Patrocínio se referiu ao parabenizar e glorificar os membros da corte. A edição do jornal foi em comemoração a um ano da abolição. Apesar de o movimento abolicionista ser fundamental para a vitória dos libertos, José do Patrocínio se referiu a Princesa Isabel como a “*Redemptora*” atribuindo a ela e aos membros da corte o prestígio pela abolição da escravocrata.

José do Patrocínio considerava a Princesa Isabel principal responsável pela abolição, diante do posicionamento da Princesa Regente em apoio a causa abolicionista e a assinatura da Lei Áurea, fator que contribuiu para o fim da regime escravocrata, além disso, esse posicionamento também se deve ao fato de que José do Patrocínio, junto aos libertos, defendiam a continuidade do governo imperial,

assim existia uma busca por popularidade e apoio ao governo monarquista, que gozava de grande prestígio com as classes populares.

Os jornais por serem meio de comunicação voltado a informação e abordagem dos principais acontecimentos da sociedade, costumam ser aceitos em grande parte da sociedade. Em uma sociedade com poucas oportunidades de informação e de lazer, os jornais eram bem aceitos. Foi o que ocorreu durante o período de existência da Guarda Negra, apesar de grande parte da sociedade não ter acesso ou não serem alfabetizados os jornais circulavam nos meios sociais. Utilizando desse prestígio que os jornais tinham no meio social, José do Patrocínio os utilizou para informar a sociedade sobre aquilo que lhe era conveniente e do seu interesse que outros soubessem. O Jornal Cidade do Rio por sua vez, sempre trazia matérias que garantisse o prestígio da corte e posteriormente da Guarda Negra.

Figura 6: Pagina 1 do Jornal Cidade do Rio, dia 18 de maio de 1888



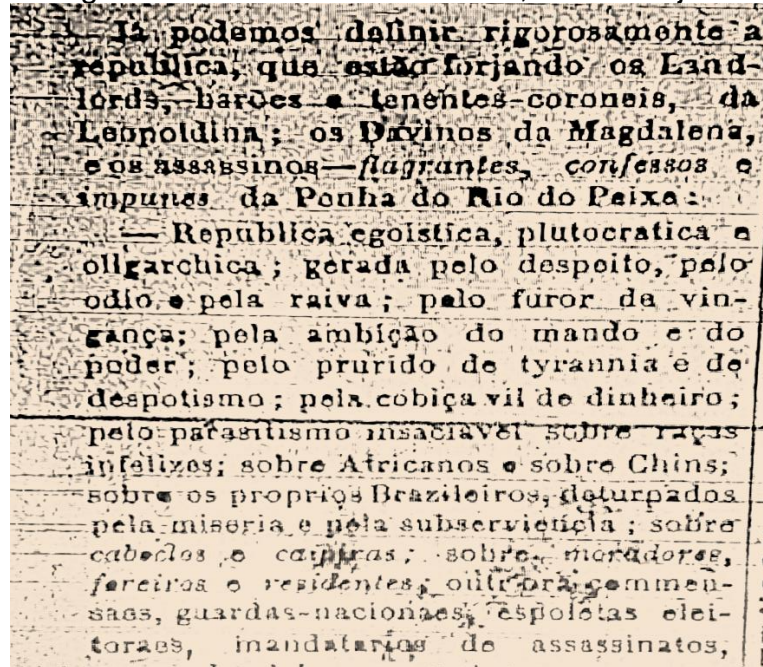
Fonte: (Biblioteca Nacional, 2021) disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cidade-rio/085669>

Em uma das páginas do Jornal Cidade do Rio, edição do dia 18 de maio de 1888, esse periódico tratou das comemorações alusivas ao fim do regime do cativo. As comemorações aconteceram principalmente na Rua do Ouvidor, local onde também estava situado o jornal.

Os libertos, imbuídos do sentimento de gratidão e felicidade em virtude da sua liberdade, se uniram em comemorações que duraram vários dias, entre missa, festejos e caminhadas. Nelas estavam o desejo dos libertos em comemorar o início

de uma nova vida, ainda que em muitos casos, os libertos logo em seguida vieram a sofrer com a falta de oportunidades enquanto libertos.

Figura 7: Pagina 1 do Jornal Cidade do Rio, dia 19 de junho de 1888



Fonte: (Biblioteca Nacional, 2021) disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cidade-rio/085669>

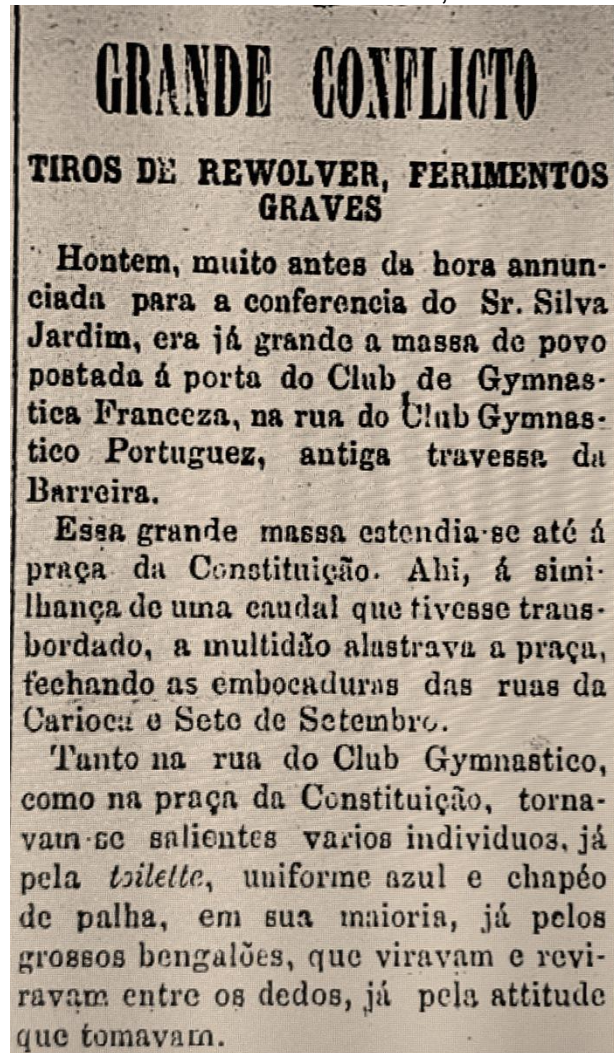
A edição do dia 19 de junho de 1888, apesar de pouco legível, trata do movimento republicano, “ - *Republica egoística, plutocrática e oligarchica; gerada pelo despeito, pelo ódio e pela raiva; pelo furor da vingança; pela ambição do mando e do poder; pelo prurido de tyrannia e de despotismo; pela cobiça vil de dinheiro; pelo parasitismo insaciável sobre raças infelizes; sobre Africanos e sobre Chins; sobre os próprios Brasileiros, deturpados pela miseria e pela subserviência; sobre cabotões e captivos; sobre mercadores, fazendeiros e residentes; outrora, comensais, guardas-nacionais, espoliados eleitoraes, mandatarios de assassinatos,* ”. Nesse trecho observamos como o Cidade do Rio se refere aos republicanos; como um movimento de estava preocupado exclusivamente em conquistar o poder, após a abolição e principalmente com à adesão dos senhores escravocratas. Os republicanos buscavam não se posicionar sobre o futuro dos libertos, já que o medo de perder o apoio e a busca pelo poder estariam como prioridades do movimento. Os libertos, que apesar de não estarem submissos ao regime do cativo, não encontraram oportunidades de trabalho ou moradia, o que fez com que muitos tenham ficado a mercê de qualquer oferta de trabalho, seja ela qual fosse. Diante de tal cenário o Partido Republicano não fora visto com bons olhos pelos libertos.

O Jornal Diário de Notícias defendia o movimento republicano, e se destacou pelos ataques de Rui Barbosa a Guarda Negra e ao governo imperial, conforme o trecho abaixo:

Uma outra descrição da Guarda Negra, não menos interessante, é a que Rui Barbosa publicou, com pintada de terror, no *Diário de Notícias*. Baseando-se em informações, Rui descreve as reuniões da Guarda Negra como um ritual de iniciação em que libertos entram num “quase transe” ao jurarem fidelidade a “Isabel, a Redentora”. (GOMES, 1991, p.83)

Rui Barbosa e o Jornal Diário de Notícias buscavam deslegitimar a Guarda e o governo imperial, consideravam os integrantes da Guarda Negra como desordeiros, criticavam suas atuações, e contribuiu para a criação de visões distorcidas ou marginalizadas desse movimento.

Figura 8: Pagina 1 do Jornal Diário de Notícias, dia 31 de dezembro de 1888

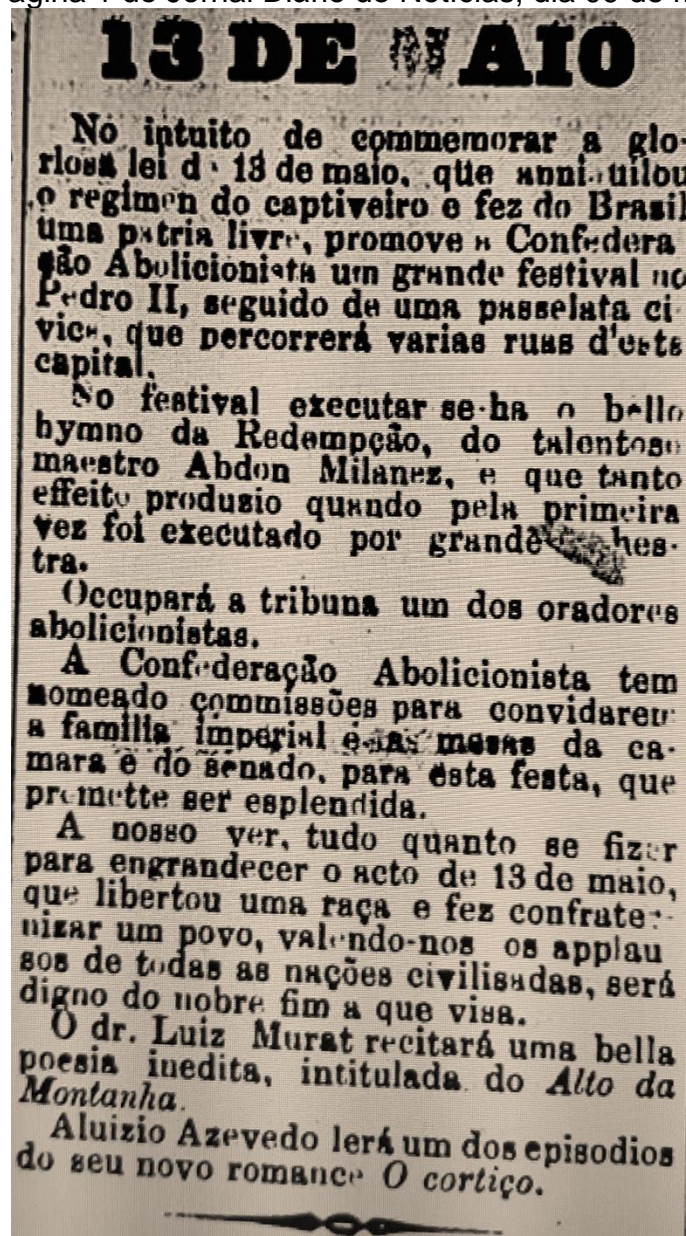


Fonte: (Biblioteca Nacional, 2021)

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=jornal%20diario&pasta=ano%201888&pagfis=5762>

Este periódico se refere a invasão da Guarda Negra a um comício republicano em um Clube da Sociedade Francesa de Ginastica no dia 30 de dezembro de 1888. Segundo José do Patrocínio em seu Jornal Cidade do Rio, a invasão se deu devido às provocações dos republicanos. Enquanto a matéria do Diário de Notícias como podemos observar, afirmou a atuação dos libertos que faziam parte do movimento antes mesmo do início do evento, a invasão resultou na generalização do conflito e teve um saldo de vários feridos e mortos.

Figura 9: Pagina 1 do Jornal Diário de Notícias, dia 09 de maio de 1889



Fonte: (Biblioteca Nacional, 2021)

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=jornal%20diario&pasta=ano%201888&pagfis=5762>

Um ano após a assinatura da Lei Áurea, o Jornal Diário de Notícias se referiu as comemorações desse dia histórico, destacou a abolição apenas através do movimento abolicionista, já que os republicanos defendiam que a abolição era resultado exclusivamente desse movimento e que a corte real não teve influência para o fim do regime do cativo.

Nesse contexto, a Guarda Negra possibilitou que os libertos, que até então tiveram sua vida forçada a escravização, pela primeira vez, tivessem uma oportunidade de se posicionar perante suas causas e em defesa da sua liberdade. A Guarda Negra, entre outras atribuições, foi responsável por garantir que os libertos se inserissem na sociedade, reivindicassem seus objetivos e se expressassem como um cidadão comum, embora ainda não tivessem os mesmos direitos que eles.

Dessa forma, a Guarda Negra foi um movimento formado por negros em defesa de um regime, que também se constituiu em um movimento social formado por ex-escravizados que foram por muitos anos inseridos em um regime de cativeiro e encontraram na guarda um espaço para se inserirem na sociedade.

4 FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NO CORPO DA GUARDA NEGRA

Vimos anteriormente que a aliança entre republicanos e fazendeiros escravocratas não satisfaz aos libertos, que temiam a volta do regime do cativeiro, sobretudo, porque os senhores escravocratas defendiam a manutenção da escravidão como regime de trabalho. Após a assinatura da Lei Áurea, tais fazendeiros buscaram indenização junto aos republicanos como recompensa por terem libertado os escravizados que possuíam. Os dias posteriores à abolição foram tensos, pois: “Os afro-brasileiros temiam uma mudança de regime, principalmente após o republicanismo ganhar apoio dos que se opuseram à abolição ou se esforçaram para atrasá-la.” (KRAAY, 2018, p.163).

Os negros libertos viam a continuidade do governo imperial como uma garantia a manutenção de sua liberdade, enquanto os republicanos se apresentavam como uma ameaça ao regime imperial, principalmente pelo fato de contarem com o apoio de senhores proprietários de terras e ex-escravocratas. Por isso, nos seus discursos os republicanos defendiam a indenização dos ex-senhores de escravizados, o que gerava ainda mais desconfiança dos negros libertos. Muitos dos libertos continuavam a trabalhar aos mesmos senhores por falta de oportunidades, além disso, muitos senhores se aproveitaram dessa condição social dos libertos para ter mão de obra barata, logo, a reescravização tinha precedência, pois os negros se viam submissos a estes senhores mesmo após a abolição.

A reação desses libertos pode ser atribuída também à possibilidade de uma eventual reescravização, vinculando-a aos projetos de indenização que estavam sendo defendidos por setores republicanos, como já assinalamos. Assim, nada mais natural que a defesa da monarquia e uma oposição aos republicanos. (MACHADO, 2013, p.515).

A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 foi vista pelos republicanos como uma boa oportunidade para ganhar popularidade e garantir a troca do regime político, de império para República. Ainda que os republicanos tivessem defendido o fim do cativeiro, com a adesão dos senhores escravocratas ao partido republicano, estes não se posicionaram a respeito dos libertos para não perder apoio político, assim, estavam mais preocupados com a troca do regime do que com a reparação e inserção dos libertos na sociedade que por não terem outra opção, continuaram a trabalhar muitas vezes para os ex-senhores em troca do seu sustento, e não como trabalhador assalariado.

O Jornal Cidade do Rio, que conforme já destacamos anteriormente, participou e contribuiu com a Guarda Negra, publicou em 10 de julho de 1888, em seu periódico, um convite à formação de um movimento que pretendia revolucionar o contexto político e social dos anos finais do século XIX, a matéria regulamentava a formação, pois orientava a construção de diretrizes e dos estatutos da instituição. A matéria publicada no jornal é, além de ser um convite, é o estabelecimento de algumas regulamentações sobre a organização da Guarda Negra.

1º. - Criar uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.

2º. - Só poderão fazer parte, como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.

3º. - Poderão ser sócios efetivos unicamente os que considerem o ato memorável do dia 13 de maio, acontecimento digno de admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.

4º - Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o império.

5º. - Pedir à imprensa que participe desse sentimento o seu valioso concurso.

6º. - E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado. (CIDADE DO RIO, 10 de julho de 1888)

Nos meses seguintes a abolição, em meio ao contexto de disputas políticas, se formou o movimento conhecido como Guarda Negra, formado por negros libertos e gratos a Princesa Isabel pela assinatura da Lei Áurea que pôs fim ao regime do cativo no Brasil. Essa guarda defendia a manutenção da liberdade recém-adquirida pela gente negra, defendia a continuidade do governo imperial e reivindicava melhores condições de vida para negros libertos.

Ao integrar a Guarda Negra, os libertos se submetiam a um ritual que oficializava sua adesão ao movimento, esse ritual era marcado por um juramento, ao qual cada integrante deveria prometer exclusiva dedicação à defesa da Princesa Isabel.

Sua organização obedecia

“a compromissos solenes e graves rituais, o que lhe dava aparência de Maçonaria Negra; as sessões eram rigorosamente secretas, os iniciados contraíam juramentos sagrados, entre os quais o de guardar absoluto sigilo sobre as deliberações da casa. A violação dos segredos podia acarretar até a pena de morte [...]. Ao entrar para a milícia, cada um deles, de joelhos e com a mão sobre os Evangelhos, fazia o seguinte juramento:

Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade dos meus filhos, pela honra de minha mãe e a pureza de minhas irmãs, e, sobretudo, por este Cristo, que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a Redentora. Em qualquer parte que os meus irmãos me encontrarem, digam apenas - Isabel, a Redentora - porque essas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo que me é caro”³ (RICCI, 1990 p.277 apud ORICO, 1953, 203).

A dedicação a Princesa Isabel causou revolta aos principais opositores do movimento, os republicanos. O partido republicano durante toda a duração da Guarda Negra foi responsável por fazer provocações aos negros libertos e por fazer oposição e críticas ao movimento, eles alegavam que a Guarda Negra era um movimento ilegal, formados por negros comprados pelo governo imperial para provocar arruaças e forçar a continuidade de um Terceiro Reinado.

Para os republicanos, a Guarda Negra era considerada um bando de capoeiras e desordeiros; essa visão decorria do fato de a capoeira ser uma prática recorrente no cotidiano das pessoas negras. Em função disso alguns republicanos desqualificaram essa organização negra.

A capoeira foi muito praticada pelos escravizados nas senzalas dos engenhos e fazendas de café como forma de lazer ou de resistência à violência

sofrida durante o regime do cativo. Com a abolição da escravidão e os conflitos gerados em torno da Guarda Negra, a capoeira passou a ser vista pelos republicanos como uma ameaça a este partido, principalmente após os ataques aos comícios republicanos. No entanto, essa foi uma estratégia utilizada pelos republicanos para marginalizar a organização negra; razão porque criaram o termo “bando de capoeiras” para denominar e se referir aos integrantes da Guarda Negra, o que contribuiu para criar no imaginário social republicano que essa era um grupo de arruaceiros.

Enquanto estavam submetidos ao cativo, os negros não podiam defender suas causas, a repressão e o castigo faziam com que os escravizados não se rebelassem ou reivindicassem melhores condições de vida. Com a formação da Guarda Negra, os libertos tiveram pela primeira vez uma oportunidade oficial e legal de defender suas causas, assim essa organização possibilitou que os negros abrissem os caminhos para uma longa jornada em busca da igualdade social.

Os libertos buscavam, principalmente a sua inserção na sociedade, visto que a abolição da escravidão não lhes garantiu oportunidades de acesso ao mercado de trabalho assalariado, a educação, ou seja, a cidadania. Para os negros faltava trabalho, comida e moradia, ao mesmo tempo em que sobrava fome, doenças e desemprego, o que fez com que se submetessem a qualquer tipo de trabalho para garantir seu sustento. A falta de oportunidade enfrentada pelos negros foi bem aproveitada pelos ex-senhores escravocratas que não perderam o momento e mantiveram a exploração, visto que muitos negros livres passaram a trocar trabalho por comida e moradia.

A Guarda Negra também foi um movimento político, pois seus integrantes defendiam não só a manutenção da liberdade para os negros, como apoiavam a Princesa Isabel, e defendiam a continuidade de um Terceiro Reinado. Para eles, a continuidade do governo imperial representava a continuidade de dias melhores para a gente negra. A assinatura da Lei Áurea feita pela Princesa Isabel fez com que os integrantes dessa organização vissem o monarquismo como promissor da causa abolicionista.

A monarquia durante muito tempo deu sustentação a continuidade do regime escravocrata, fazendo com que os negros continuassem submetidos a violência e trabalhos forçados, mas, diante do posicionamento da Princesa Isabel em apoiar a causa abolicionista e a assinatura da Lei Áurea, o governo imperial conquista a esperança dos libertos por dias melhores. Um posicionamento que muitos historiadores/as questionam, mas que pode se justificar com o clima de incertezas que os libertos viviam após a abolição, o posicionamento favorável dos monarquistas com a causa abolicionista e a aliança dos republicanos e os senhores escravocratas.

A segunda versão sobre os acontecimentos dizia que a formação da Guarda Negra representava um direito político dos libertos. Seu principal porta-voz era nada menos que José do Patrocínio. Abolicionista mulato que havia ganhado destaque nos meios políticos durante a campanha abolicionista (GOMES, 1991, p. 79).

A Guarda Negra tinha o propósito de incluir na sociedade os negros libertos, de modo que alcançassem direitos políticos e condições econômicas para viver

dignamente, sobretudo, porque muitos deles ainda continuavam trabalhando para seus ex-senhores, pois não encontraram outra forma de garantir seu sustento.

A abolição não garantiu que os negros ocupassem espaços na sociedade brasileira, onde os lugares de poder e controle político e econômico eram predominantemente ocupados por homens brancos e representantes da elite. Os brancos em sua maioria eram grandes proprietários de terras, comerciantes e políticos, não desejavam que negros ocupassem os mesmos espaços que eles, nem tão pouco os mesmos postos de trabalho que seus filhos.

A falta de oportunidade vivida pelos negros libertos gerou revolta entre eles; razão porque passaram a reivindicar seu espaço na sociedade, todavia, as reivindicações nem sempre eram de forma pacífica, os libertos usaram de certa violência para conquistar seu espaço na sociedade.

Contudo, houve outras formas de se tentar conseguir respeito e marcar presença na sociedade. Numa tentativa de inclusão à força, organizaram “malhas de capoeiras”, passando a agir com a mesma violência que foram tratados por quase sempre. Incomodaram reuniões, quebraram cafés, enfrentaram a polícia num processo amalgamado de vingança e afirmação, entronizaram seus próprios príncipes, assumiram de peito aberto suas próprias crenças. (MATTOS, 2006, p.10)

A Guarda Negra foi uma forma de organização que os negros libertos criaram para se expressar politicamente, para tanto, fizeram severa oposição ao partido republicano, visto como uma ameaça a manutenção da liberdade dos negros, importante destacar que nesse período o partido republicano tinha o apoio dos fazendeiros escravocratas, estes que continuavam a explorar da mão de obra negra, a falta de oportunidade dos libertos na sociedade possibilitava a continuidade dessa exploração.

A militância mantida por essa organização muitas vezes resultou em conflitos violentos, um grande marco da atuação da Guarda Negra foram os ataques aos comícios republicanos; considerados pelos republicanos como representação de um movimento ilegal e violento. No entanto, na maioria das vezes os ataques se davam em virtude das provocações e ameaças dos republicanos aos integrantes da Guarda Negra.

Vislumbrava-se então uma das faces do debate sobre a participação política da população negra. Enquanto alguns libertos eram estigmatizados, sendo chamados de “13 de maio”, fazendeiros e políticos foram apelidados de “republicanos do 14 de maio”, nos meses que sucederam a abolição. [...] Ex-escravos perceberam rapidamente que seus ex-senhores haviam trocado suas roupas de fazendeiros por fardas republicanas. O discurso de indenização muitas vezes soava como tentativa de reescravização. Os conflitos entre libertos e republicanos não estavam mais restritos à Corte. Os jornais, num clima de pavor, noticiavam confrontos entre libertos, ex-senhores e propagandistas republicanos ocorridos no interior da província fluminense [...] (GOMES, 2005, p.20).

Um dos principais conflitos entre a Guarda Negra e os integrantes do partido republicano foi o ataque ao comício republicano ocorrido em 30 de dezembro de 1888 na Sociedade Francesa de Ginástica. Durante o discurso de Silva Jardim, os

membros da Guarda Negra invadiram essa sociedade e gritavam palavras de ordem, os republicanos reagiram e o resultado foi um conflito generalizado que resultou em muita violência.

Os atritos com Silva Jardim assumiram uma maior dimensão devido ao conflito ocorrido numa Conferência do propagandista republicano na Sociedade Francesa de Ginástica, próximo ao Largo do Rocio, no centro do Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1888. Durante o evento, membros da Guarda Negra interromperam o seu discurso de forma violenta, invadindo o teatro aos gritos de “*viva a monarquia e a Princesa Isabel*”. O conflito se generalizou ocorrendo, conforme o *Cidade do Rio* “*uma verdadeira batalha campal*”. O saldo do embate resultou em “feridos, e, talvez, mortos, dentre os da Guarda Negra”. De acordo com o jornal, o conflito se desenvolveu em função de “*provocações*”, efetuadas pelos “*republicanos escravocratas*” contra os libertos. (MACHADO, 2013, p. 513).

A corrida dos republicanos pelo poder, aliados aos fazendeiros escravocratas; sobretudo, por eles reivindicarem indenizações pelo fato de terem libertados os escravizados e a revolta dos negros libertos que não encontravam espaço na sociedade, levou-os a sentirem sua liberdade ameaçada com o fim da monarquia. Por isso, as reações da Guarda Negra nem sempre eram pacíficas, logo, os conflitos em sua maioria terminavam com negros mortos e feridos.

As ações da Guarda Negra representam a luta dos libertos pela garantia de condições de existência, e sua forma de resistência contra a exclusão. Através dessa organização os libertos defendiam o interesse coletivo da gente negra, ou seja, igualdade social. Essa organização não tinha caráter único, apesar de estudos a seu respeito afirmarem isso, a Guarda Negra foi um movimento que defendeu diversas causas, como a continuidade do governo imperial, a manutenção da liberdade do negro, e a participação política, social e econômica do negro.

As ideias em torno da Guarda Negra (ou pelo menos sua versão institucionalizada e impressa no noticiário) articulavam percepções diversas de libertos nas cidades e no interior a respeito de raça, cidadania e controle sobre seu trabalho e suas vidas, bem como disputas simbólicas de setores abolicionistas, monarquistas e republicanos. A Guarda Negra e a mobilização racial tinham vários sentidos e significados para os diferentes personagens e agentes. E aí estava a principal disputa. A vencedora foi a memória histórica das idéias de “manipulação”, “dádivas” e “gratidão” - sempre ressaltadas na época e também pela historiografia posterior -, e não aquelas do emaranhado de lutas, projetos e expectativas (GOMES, 2005, p.25).

A Guarda Negra representa a {...} “a luta dos negros por integração econômica, valorização cultural e respeitabilidade social [...]” (MATTOS, 2006, p.12). Ou seja, a forma como os negros se organizou como um grupo social e lutaram por igualdade social, como resistiram contra a volta do regime escravocrata e em favor da participação de negros na sociedade brasileira.

Todavia, a formação da Guarda Negra é discutida por diversos historiadores/as que divergem quanto a sua ação. Por ser uma organização de negros, muitas vezes é vista de forma preconceituosa, com hipóteses que descredibiliza sua atuação, principalmente por parte dos republicanos que buscavam a instauração da república e não desejavam que um grupo social considerado

inferior defendesse a monarquia, quando os republicanos não pensaram na inclusão do negro na sociedade moderna.

A estrutura da Guarda estava montada. Suas atividades concretas são motivos de discordância entre os estudiosos, até os dias atuais. Um “partido” político, uma associação apolítica, uma instituição ligada à monarquia, uma guarda, uma milícia... Encontraremos todos os tipos de definições. Mas não se pode contar o cotidiano dos negros no pós-abolição sem referência à Guarda Negra da Redentora. (MATTOS, 2006, p.78)

A Guarda Negra foi uma organização social que abriu caminhos para outras organizações negras, os negros libertos mostraram através dessa guarda seu poder político enquanto grupo social. A partir dela, surgiram outras organizações que compõem os movimentos de resistência negra.

Apesar de após a República a Guarda Negra não aparecer no contexto político e os jornais não se referirem a essa organização, os anos seguintes foram marcados por diversas greves e protestos organizados pelas classes populares e neles as pessoas negras estavam presentes.

Com o golpe militar republicano de 15 de novembro, a Guarda Negra desaparece das ruas, Será? De fato, não esteve mais presente no noticiário jornalístico e nas intrigas entre políticos e militantes monarquistas e republicanos. Mas as ruas continuaram politizado o tema racial e as mobilizações negras tiveram seu papel. No Rio de Janeiro, entre dezembro de 1889 e o final do ano seguinte, estouraram greves e protestos de trabalhadores diversos, pessoal das capatazias, carpinteiros navais, tecelões, gráficos, alfaiates e carroceiros (GOMES, 2005, p.26).

A Guarda Negra foi um movimento de resistência à continuidade da exploração da mão de obra escravizada, apesar do governo imperial ter sido o principal responsável pela escravização no Brasil, a assinatura da lei que concedeu a liberdade aos negros fez com que a Corte gozasse de grande popularidade entre os negros. Enquanto o partido republicano, que defendeu por muito tempo a causa abolicionista, mas que em busca do poder se aliou aos ex-senhores escravocratas, perdeu a popularidade dos libertos que passaram a ataca-lo.

Os negros libertos buscavam a continuidade de suas conquistas, a abolição não garantiu oportunidades de inserção na sociedade. No entanto, defendiam a Princesa Isabel, ou seja, a monarquia, visto que sua ação pôs fim a um período de muita violência para os negros escravizados. Enquanto o ingresso dos ex-senhores de escravizados ao partido republicano levou os integrantes da Guarda Negra a ver a República como ameaça a sua liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi contribuir para a análise da Guarda Negra, entendendo seus principais objetivos e sua atuação, bem como mostrar que o movimento não teve um caráter singular, seus integrantes buscavam defender várias causas, isso por muitas vezes são negligenciados, no intuito de descredibilizar o movimento formado exclusivamente por negros, em sua maioria contemplados pela Lei Áurea.

Observou-se diante das pesquisas, que as disputas políticas entre republicanos e monarquistas tiveram uma forte contribuição para a formação da Guarda Negra, pois essas disputas fizeram com que os integrantes do movimento se dedicassem ainda mais a defesa da Princesa Isabel e da continuidade do governo imperial, com a expectativa de que a corte garantiriam melhores condições de vida aos libertos.

A Princesa Isabel, representante maior da monarquia no Brasil durante a abolição, teve papel fundamental para a concretização da libertação dos escravizados, apesar do movimento abolicionista já atuar em defesa do fim do regime do cativo, a atuação da Princesa Regente nos últimos anos da escravização, defendendo e apoiando o movimento abolicionista e a assinatura da Lei Áurea garantiu o fim da mão de obra escrava no Brasil.

Este trabalho possibilitou a análise de vários representantes que contribuíram na luta do movimento abolicionista e na formação e atuação da Guarda Negra, dentre eles, destacamos José do Patrocínio, homem negro que viveu como liberto e sempre atuou em defesa dos negros, enquanto republicano fazia parte do grupo que defendia a abolição, após a assinatura da Lei Áurea aderiu ao partido monarquista e passou a defender o Terceiro Reinado, José do Patrocínio acreditava assim como os demais integrantes da Guarda Negra, que o governo imperial iria garantir melhores condições de vida aos libertos.

José do Patrocínio foi o principal organizador e líder do movimento, usou seu Jornal Cidade do Rio para defender o movimento e para sua organização. Os próprios integrantes da Guarda Negra consideravam José do Patrocínio como um grande líder, durante toda a atuação do movimento ele sempre esteve à frente de sua organização.

Observamos ainda, que os jornais são fontes fundamentais no estudo sobre a Guarda Negra, eles estão presentes em todo o seu contexto e foram utilizados tanto em sua defesa ou como objeto para criticar o movimento. Por terem seus proprietários ligados a partidos políticos, muitas das vezes trazem informações partidárias, no entanto, não diminui o fato de ser uma fonte de grande importância para a pesquisa sobre a Guarda Negra.

A formação e atuação da Guarda Negra é inquestionável, mas, poucas fontes existem hoje sobre a Guarda Negra, os jornais com certeza estão entre as principais existentes, eles possibilitam analisar a atuação dos principais representantes a favor e contra o movimento, narram muitas vezes sua estrutura e organização e contribuem para entender o contexto político, social e econômico nesse período.

Foi observado a condição social dos libertos após a assinatura da Lei Áurea, que apesar de libertos, não encontravam nenhuma oportunidade na sociedade, esse fato contribui para que muitos fazendeiros escravocratas se aproveitassem dessa condição para usufruir de uma mão de obra barata, muitos dos libertos continuavam trabalhando aos mesmos senhores em troca de um lugar para morar e para se alimentar.

Nesse contexto, observamos que ambos os partidos estavam mais preocupados com a conquista ou continuidade do poder do que com a condição social dos libertos. Durante o período após a abolição, o governo imperial nada fez para garantir oportunidades para os libertos, os republicanos que sempre em seus discursos se diziam preocupados com essa causa, após a instauração da república, se mostraram contrários a esse discurso, criando políticas de exclusão desses libertos.

Portanto, a Guarda Negra não foi um movimento que tinha como exclusividade a defesa da Princesa Isabel, seus integrantes lutaram por melhores condições de vida para os libertos, como emprego, moradia e oportunidades em geral, ou seja, sua cidadania. A Guarda Negra buscou também garantir que a liberdade recém conquistada não fosse tomada, isso justifica o motivo do movimento defender a continuidade do governo imperial.

Apesar do governo imperial ter garantido a escravização durante muito tempo no Brasil, nos anos finais do regime escravocrata, o posicionamento da Princesa Isabel era de apoio a causa abolicionista, que se concretiza de fato com a abolição. Seja por interesse político ou não, e aqui não objetivamos analisar esse mérito, o fato é o governo imperial muito contribuiu para a abolição da escravização.

Por outro lado, os republicanos que buscavam apoio para conquistar o poder, recebem a adesão dos senhores escravocratas, responsáveis por manter o regime do cativo e por serem contrários a abolição, esse fato contribui para que os integrantes da Guarda Negra se posicionassem contra a instauração da república.

Em pesquisas futuras, pretende-se aprofundar a pesquisa na condição social que os libertos estavam após a abolição e na atuação dos integrantes da Guarda Negra durante os anos de 1888 e 1889, período em que o movimento atuou.

Por fim, entendemos que a Guarda Negra foi um movimento que carece ainda de muita pesquisa, sendo um movimento formado por negros que pela primeira vez tinham oficialmente a liberdade para reivindicar por sua cidadania. Esta luta continua sendo necessária até hoje, mas, podemos observar que, desde a conquista de sua liberdade, os negros saíram em busca de direitos, direitos esses que foram retirados ao chegar no Brasil e serem inseridos em um regime de trabalho escravizado.

REFERÊNCIAS

Academia brasileira de letras. **Rui barbosa**. Disponível em:

<https://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Biblioteca nacional. **Cidade do rio**. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cidade-rio>. Acesso em: 30 maio 2021.

Biblioteca nacional. **Diário de notícias**. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=jornal%20diario&pasta=ano%20188>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 8, n. 16, 1988. Disponível em:

https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3676

E BIOGRAFIA. **Antônio da Silva Jardim**. Disponível em:

https://www.ebiografia.com/silva_jardim/. Acesso em: 30 maio 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888-1937)**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **No meio das águas turvas: racismo e cidadania no alvorecer da República, a Guarda Negra na Corte, 1888-1889**. Estudos Afro-Asiáticos, vol. 21, p.75-96, 1991.

GOMIDE, Maria de Lourdes. ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA - A GUARDA NEGRA EM QUESTÃO. **Anais do II Fórum Discente do Mestrado em História do Brasil da UNIVERSO**, 2016.

ISTOÉ. **Santa Princesa Isabel?** Disponível em:
https://istoe.com.br/267071_SANTA+PRINCESA+ISABEL+/. Acesso em: 19 jul. 2021.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra. Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Department of History University of Calgary** 2500 University Dr. NW, Calgary, Alberta, T2N 1N4, Canadá 2018.
 Disponível em:https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-87752019000100141&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

LITERAFRO. **José do Patrocínio**. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/604-jose-do-patrocinio>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MACHADO, Humberto Fernandes. ABOLIÇÃO E CIDADANIA: A GUARDA NEGRA DA REDENTORA NO RIO DE JANEIRO, Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 5, núm. 3, setembro- dezembro, 2013, pp. 505-524. UFF, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337328460008>

MACHADO, Humberto Fernandes. A Guarda Negra no contexto urbano do Rio de Janeiro. In: **Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de História**. Porto Alegre, 1992.

MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. In: Associação Nacional de História – **ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007**

MATTOS, Augusto Oliveira. **A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2006.

MIRANDA, Clícea Maria Augusto. Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**

ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

PATROCÍNIO, José do, 1854-1905 Campanha abolicionista: coletânea de artigos/José do Patrocínio; introdução: José Murilo de Carvalho; notas: Marcus Venício T. Ribeiro. Rio de Janeiro: **Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro**, 1996

RICCI, M. L. S. R. A Guarda-Negra no Contexto Brasileiro de Final do Século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, XVI, 275-285, 1990. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/36335/19092/>

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13014.pdf>

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. In. **Revista Textos do Brasil**, n.14, p.45-52, 2008.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição**: os capoeiras na Corte Imperial 1850-1890, Rio de Janeiro: Ed. Access, 1994.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que sempre me conduz pelo melhor caminho e me permitiu chegar até aqui, mesmo diante de tantas dificuldades.

A minha amada esposa, Maria Cecília, companheira de todas as horas, pela paciência em dias de dedicação exclusiva a este trabalho, também por colaborar e incentivar que chegasse até aqui.

Aos meus pais, Vera e Luciano, pela dádiva da vida e por serem exemplos de superação e ser humano que busco ser.

A minha irmã, Maria da Luz, por ter contribuído e compartilhado comigo momentos bons e ruins desde o início do curso.

A meu orientador, meu querido Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, pessoa fundamental para que conseguisse concluir esse trabalho.

A minha patroa Carla Manhães e seu marido Roberto César, que incentivaram e contribuíram para que eu concluísse o curso.

Aos amigos e colegas de turma, Alef Mendes e Roberto Laurentino pela parceria durante todo o curso, na pessoa deles saúdo todos os demais.

A todos os meus amigos que de qualquer forma contribuíram nesse processo.